

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: APJ R 0001

Data: 25 de abril de 1972

Pg.: 13

Fazendeiro nega o trabalho escravo



Foto da Regional de Marília

Lavradores doentes não conseguem outro emprego

Da Regional, da Sucursal e dos Correspondentes

O regime de escravidão a que estariam sendo submetidos os colonos aliciados para trabalhar na fazenda Jau' foi negado pelo superintendente e pelo empregador dos peões, respectivamente Luis Hernandez e José Cobra — durante o depoimento que prestaram ontem em Araçatuba na sindicância instaurada pela polícia de Junqueiropolis para apurar aquela denuncia; embora divergindo em muitas afirmações, ambos confirmaram que há um surto de malária entre os trabalhadores.

A fazenda Jau' fica nas proximidades de São Felix, na região amazônica, numa área total de 10 mil alqueires dedicados especialmente à pecuária e está incluída nos projetos que recebem incentivos fiscais através da Sudam. É de propriedade da Agropecuária Roncador S/A, cuja sede social é na rua Bela Cintra, 1759, em São Paulo. O superintendente da fazenda e um dos sócios da empresa, Luis Hernandez, mora em Araçatuba e declarou na polícia que desconhece o regime de escravidão imposto aos colonos. Entre Hernandez e o empregador Zé Cobra foi firmado em 19 de fevereiro um contrato de derrubada e roçada de matas em 600 alqueires da fazenda, pelo preço de Cr\$ 270,00 por alqueire paulista, ou seja, 24.200 metros quadrados. Até 13 de abril último Hernandez — segundo disse — pagou ao empregador, em cheques visados, Cr\$ 69.886,06. Desesperado com o surto de malária que atacou os

colonos, o empregador — segundo afirmou — deslocou-se com alguns doentes até Araçatuba, conseguindo internar 15 em São Felix, ao partir, e dois na cidade paulista.

Segundo disse na polícia, procurou Hernandez em março solicitando dinheiro e veículo para a retirada dos doentes, sendo atendido somente no dia 13 de abril, mediante acordo escrito e firmado entre ambas as partes e pelo qual o superintendente adiantava ao empregador Cr\$ 15 mil para custeio de despesas e alimentação. Zé Cobra declarou que Hernandez pediu mais tarde, judicialmente, a devolução do cheque de Cr\$ 15 mil que ele mesmo endossara, além de ter colocado à sua disposição para transporte dos doentes apenas dois caminhões considerados insuficientes para a retirada dos doentes e suas bagagens. Outra acusação feita pelo empregador ao superintendente: a de ter recebido da Agropecuária Roncador Cr\$ 30 mil para custeio da retirada dos trabalhadores e só entregue a metade. Estima Zé Cobra que ainda há 120 empregados contratados em Jau', a maioria com malária.

Superintendente e empregador contradizem-se e acusam-se mutuamente pela responsabilidade de exploração de empregados. Para Raul Guimarães, advogado de Hernandez, "a responsabilidade criminal por possíveis explorações de empregados é do empregador. Quanto à assistência médica, as declarações também divergem. O fazendeiro declara que forneceu assistência médica contínua e gratuita aos colonos doentes, enquanto Zé Cobra nega a distribuição de remédios e adianta que eles foram insuficientes e ineficientes para combater a malária. Zé Cobra afirmou ainda que José

Antonio de Souza é o capataz da fazenda responsável pelas arbitrariedades cometidas e que já o viu agredindo menores ali residentes.

O caso da fazenda Jau, além da sindicância na delegacia de Junqueiropolis, entrou também na Justiça, em Araçatuba, através de notificação de Luis Hernandez contra o empregador, exigindo o cumprimento do acordo firmado em 13 de abril para o desmatamento de 600 alqueires em cinco meses e estipulando uma peritagem sobre o trabalho realizado pelo empregador para um ajuste de contas final. Zé Cobra espera para hoje, em Araçatuba, a chegada de outros diretores a Roncador para esclarecer tudo.

Em Colabá e Brasília, respectivamente, dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e do Departamento de Polícia Federal informaram que ainda não receberam declarações concretas sobre os trabalhadores aliciados para trabalhar em regime escravo na Amazonia mas continuam apurando as denúncias.

Em Junqueiropolis, a Santa Casa de Misericórdia liberou os colonos que contrairam malária na fazenda Jau e que ao chegar à cidade denunciaram à Polícia o regime de trabalho escravo, mas tocos continuam sob rigorosa vigilância médica, tendo de permanecer 60 dias em repouso, o que lhes impõe difíceis condições de sobrevivência, já que não podem arrumar trabalho.

Em Belém, surgiram ontem novas denúncias de exploração de trabalhadores e de conflitos pela posse de terras no alto do rio Capim, na localidade de Maracaxi, onde 68 famílias estão sendo ameaçadas de expulsão das áreas que ocupam há 50 anos.